

*IDENTIDADE CULTURAL RIBEIRINHA NO AMAPÁ**Manoel Osvanil Bezerra BACELAR; David Junior de Souza SILVA***IDENTIDADE CULTURAL RIBEIRINHA NO AMAPÁ***Manoel Osvanil Bezerra BACELAR<sup>1</sup>**David Junior de Souza SILVA<sup>2</sup>***Resumo**

O presente trabalho pesquisou sobre o lugar das parteiras tradicionais ribeirinhas do Amapá e as suas conexões com as políticas públicas socioambientais. E o problema se deu, a partir da seguinte dúvida: como os saberes das parteiras tradicionais ribeirinhas podem contribuir para a conexão e para os ajustes das políticas públicas socioambientais, para o Amapá? Considerando que este tema não tem sido discutido com frequência, entre a comunidade científica, na ordem atual, nas questões políticas e socioambientais de interesse às comunidades tradicionais. Assim, objetivo geral foi: descrever as contribuições dos saberes tradicionais desenvolvidos pelas parteiras ribeirinhas, para a conexão e para os ajustes das políticas públicas socioambientais, para o Amapá. Incertezas e dúvidas para atingi-lo, dirimiram a empreitada em busca de respostas à problemática suscitado nesse trabalho. Os instrumentos de coleta de dados foram: fontes primárias, dados bibliográficos, observação participante e entrevistas. Os resultados obtidos foram: os saberes das parteiras tradicionais ribeirinhas do Amapá, a pesar de não estarem conectados aos programas de gestão pública socioambientais, no entanto apresentam enorme potencial capaz de contribuir para a conexão e para os ajustes das políticas públicas, para o Amapá. De modo que há necessidade da integração dos saberes tradicionais desenvolvidos pelas parteiras ribeirinhas ao conhecimento formal, no sentido de permitir a criação de novos mecanismos e, alternativas para o ajuste das políticas públicas. A comprovação destas informações irá dar sustentação às diversas atitudes individuais e coletivas à sustentabilidade estrutural das comunidades.

**Palavras-chave:** Saberes tradicionais; Parteiras Ribeirinhas; Políticas Públicas Socioambientais.

**Abstract**

This paper researched the place of traditional midwives river Amapá and its connections with social and environmental policies. And the problem occurred from the following question: how the knowledge of coastal TBAs can contribute to the connection and settings of social and environmental policies to the Amapá? Considering that this topic has not been shown often debates among the scientific community, in the current order, political and environmental issues of interest to traditional communities. So overall objective was to describe the contributions of traditional knowledge developed by the riverside midwives, for the connection and settings of social and environmental policies, to Amapá. Uncertainties of this motto, dirimiram the contract for answers to the question raised in this work. The data collection instruments were: primary sources, bibliographic data, participant observation and interviews. The results were: knowledge of traditional midwives riverside of Amapá, in spite of not being connected to the environmental public administration programs, but have great potential able to contribute to the connection and the public policy adjustments, to Amapá. So there is need for integration of traditional knowledge developed by the riverside midwives to formal knowledge, to allow to create new mechanisms and alternatives to the adjustment of public policies. Evidence of this information will give support to the various individual and collective attitudes sustainable local community.

**Keywords:** Traditional knowledge; Riparian Midwives; Socio-Environmental Policies.

<sup>1</sup> Professor do curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – UFG, Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas, Bacharel em Geografia

<sup>2</sup> Professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – UFG, Mestre em Sociologia. Bacharel em Ciências Sociais

## 1. INTRODUÇÃO

Deixar um lugar, partir ao encontro de outro, estar aqui ou estar ali, sair daqui e ficar acolá são as expressões que se utilizam com mais frequência, durante o cotidiano do mundo- vivido e, que trilham perspectivas na busca de respostas, as quais podem indicar o sentido e o significado desta categoria de análise geográfica, ao mesmo tempo em que explora aspectos que podem configurar as ideias de conexão dos saberes e das experiências tradicionais utilizadas pelas parteiras ribeirinhas para os ajustes das políticas públicas. Essas correlações de sentidos nos levam a indagar: como os saberes das parteiras tradicionais ribeirinhas podem contribuir para a conexão e para os ajustes das políticas públicas socioambientais, para o Amapá?

Dúvidas deste mote, na maioria das vezes nos impõem grandes dificuldades para o entendimento de que, os lugares constituídos pelas parteiras são resultantes das práticas e das experiências, desenvolvidas por elas, as quais dão sentido e significados à sua existência, fatos em que nos permite acreditar e, considerar também que os saberes das parteiras tradicionais ribeirinhas enquanto símbolos identitários espaciais, produzem sentido a existência dos seus lugares de vivência. Assim, o objetivo deste artigo é: descrever as contribuições dos saberes tradicionais desenvolvidos pelas parteiras ribeirinhas, para a conexão e para os ajustes das políticas públicas socioambientais, para o Amapá?

Nesse sentido, os lugares constituídos por meio das parteiras ribeirinhas do Amapá e, utilizados como categoria de análise geográfica, podem ser capazes de contribuir para a conexão e para os ajustes das políticas públicas socioambientais, a partir de no mínimo duas condições em que estes saberes no presente artigo se materializam: Na condição principal, uma vivência realizada entre as parteiras (os) que moram nas várias comunidades do distrito do Bailique e que as tem como lugar de encontros entre elas e o pesquisador, a Vila Progresso, porque, tal comunidade é a de maior concentração de pessoas e das atenções, socioespaciais. Na condição secundária considera-se a vivência e as experiências das parteiras que se iniciam nas comunidades de origem, durante aos traslados das conexões, entre os lugares de visitas e do seu retorno aos lugares de origem.

Estas conexões têm nos evidenciado certas situações tais com: as indiferenças, as inconsistências, o senso comum dentre outros aspectos que podem demonstrar, o reduzido teor de conectividade entre as experiências e práticas das parteiras tradicionais, na conexão e nos ajustes das políticas públicas, para o Amapá. Fatos em que, ainda se manifestam em desfavor de certos coletivos de indivíduos, como rastros do mundo contemporâneo, na medida em que potencialidades,

criatividades e habilidades desenvolvidas por comunidades tradicionais, pouco ou quase nada tem sido integrado como possibilidade à melhoria das políticas públicas, socioambientais para o Estado.

## **2. O LUGAR**

O sentido da categoria geográfica que se chama lugar, compreendido apenas como aspectos físicos e materiais, gerando apenas atividades, não é suficiente para apresentar elementos capazes de conectar experiências e imaginação acionados por sujeitos sociais, em suas interações e comunicações quotidiana e, tão pouco como mecanismo de constituição e compreensão da sua existência. Nesse contexto, o potencial dos saberes das parteiras tradicionais ribeirinhas se constitui neste artigo como possibilidades de experiências espaciais, adquirindo sentidos que permitem refletir sobre as relações destes sujeitos, com o seu lugar de origem e, por onde se deslocam ao exercício das suas funções, podendo nos conduzir também, para uma certa compreensão sobre as formas de organização das comunidades as quais são políticas de vida, desenvolvidas no contexto do mundo vivido por elas.

Esse tipo de relações permite entender claramente as ideias que fundamentam a geografia clássica, as quais permearam a constituição do conceito de lugar, desde o início do século XX, quando os estudos e a confecção de mapas eram os instrumentos que fundamentavam a disciplina, indicando que o lugar em seu sentido locacional definia a ciência geográfica. O lugar nesse sentido passa a ser determinado politicamente com o objeto de estudo da ciência geográfica. Prova desse feito pode ser reforçado por meio da expressão utilizada por La Blache, 1923, citado por HELPH, 1976) “a geografia é a ciência dos lugares e não dos homens” é um dos exemplos mais evidente para a compreensão e para a explicação sobre a natureza dos lugares enquanto categoria de análise. Esta certificação alia-se ainda, a visão grafada por Hartshorne (1959) citado por Helph (1976) de que “as integrações que a geografia deve analisar são aquelas que variam de lugar para lugar”, estas assertivas, sobre posta-as permitiram alia-las, por mais ou menos meio século de entendimento entre os geógrafos.

Nesse sentido, a relação do conceito de lugar com a disciplina geografia, buscando a constante objetividade, praticamente inviabilizou outras considerações que permitissem extrapolar o seu significado locacional. Nessas condições os lugares produzidos pelas parteiras tradicionais ribeirinhas do Amapá, no sentido locacional pouco ou quase nada tem contribuído para conexão e para os ajustes das políticas públicas, para o Amapá, em função da pouca valorização e do pouco



reconhecimento dos saberes tradicionais desenvolvidos por elas, por parte dos gestores, no sentido de proporcionar os ajustes necessários à melhoria e ao aperfeiçoamento dos programas de gestão as comunidades. Equívocos desta natureza permitem mostrar o quanto foi importante em desvincular o sentido e o significado do termo lugar, do seu sentido mais locacional, porque a essência desta categoria geográfica pode ser algo que está além da ciência e, que a mesma, apresenta conteúdos com fortes indícios capazes de promover as conexões e os ajustes das políticas, públicas para o Amapá.

Porque independente da análise resultante das relações entre os lugares, a geografia e as políticas públicas, assim como os estudos geográficos, sempre estiveram vinculados também, a outros conceito tais como: de paisagem cultural, de território dentre outros, em função de que pode ser visto nessas estruturas, o agente, a área natural e ainda, o meio e o resultado das ações humanas coletivamente, demonstrando, vinculando e incorporando fortes elementos subjetivos, os quais remetem-se ao conceito de lugar das parteiras tradicionais intrincados nestas estruturas. Nesse sentido, essa categoria não deve ser compreendida apenas por meio dos seus aspectos objetivos e materiais, mas, também por meio da subjetividade implícita no conceito de lugar, onde a mesma, pode ser constatada no que está descrita por Sauer: “os fatos da Geografia, são fatos dos lugares, sua associação por exemplo, origina o conceito de paisagem” tais ideias apresentam indícios, de influências qualitativas, no caráter, utilizado Pelos geógrafos humanistas, durante os estudos geográficos (SAUER, 1983 CITADO POR HOLZER, 1999, p. 68).

Compreensão deste porte, também foi observada por Dardel, quando propôs um estudo fenomenológico da geografia, referindo-se a geografia vivida em atos, a partir da exploração do mundo e da ligação do homem com a sua terra natal dizendo: “ Há a relação do homem com a terra.... como modo de sua existência e de seu destino”, e continua: “a situação de um homem supõem um espaço onde ele se move, um conjunto de relações e de trocas, de direções e de distâncias que fixam de algum modo o lugar de sua existência (DARDEL, 1990 CITADO POR HOLZER, 1999, p. 2). Percebe-se o intenso esforço para se definir e demonstrar, o sentido e o significado, do termo lugar, o qual já entendido muito além de uma natureza locacional, possibilitou abrir enorme possibilidades, para que a geografia humanística pudesse avançar, sobre a natureza e o significado dos lugares, a partir do envolvimento conectivo das experiências e das práticas desenvolvidas como modo de organização destes sujeitos, nos interstícios desta conjuntura, constituídas também pelas parteiras tradicionais ribeirinhas, do Amapá,

Práticas e experiências desse tipo devem ser absorvidas durante os programas de gestão pública, enquanto saberes que podem proporcionar grandes contribuições ao desenvolvimento social e cultural, às comunidades tradicionais ribeirinhas, além de tantas outras, considerando as diversas formas de relações entre estes indivíduos e entre eles e a natureza. É claro que, para assegurar certos aspectos que constituem o lugar das parteiras como elemento que possa impactar na estrutura de determinado processo é bem aceito as ideias de Bernardes (2011) quando adverte: “a definição de certos aspectos do real é por princípio uma análise, destotaliza-se a totalidade, para se buscar entender a sua totalização, re-totalizando-a” (BERNARDES, 2011, p. 168). Isso significa que é desarticulando e rearticulando as peças orgânicas que compõem os processos políticos, no sentido de conhecer o modo de vida destas comunidade os quais são movidos pelos saberes tradicionais é, que se pode compreender a sua essência e a sua identidade como elementos de formação dos lugares das parteiras, os quais pela sua natureza impactante, podem ser importantes, para conexão e para os ajustes das políticas públicas socioambientais, ao Amapá.

Nesse sentido, a importância em integrar a diversidade de saberes tradicionais as políticas públicas socioambientais podem estar vinculadas diretamente as perspectivas da geografia humana, enquanto um campo de conhecimento em que ainda, ao final do século XIX fosse capaz de integrar outros mecanismos de descrição e de compreensão dos diversos modos de organização social, política, ideológicas e dentre outros elementos, possibilitando a construção de uma lógica integradora de conhecimentos, enquanto condução, de um processo ou de uma organização social. Essas perspectivas nos remetem ao que demonstrou Capel (1981), “a definição dada pelos geógrafos à ciência geográfica, só deu conta, de responder as reais situações e acontecimentos até o final do século XVIII. A afirmação da geografia como uma ciência integradora de fenômenos físicos e humanos que ocorrem, na superfície terrestre significava e ainda significam uma autêntica novidade (CAPEL, 1981 apud SILVA, 2013, p. 18/19).

Por que é por meio deste exercício de relações que os sujeitos ocupam seus espaços, constituindo e promovendo os lugares da sua existência, em função de que, a constituição dos lugares da existência humana pode ser percebido e constituídos a partir de um movimento que, gira em torno da solidariedade, do sentimento coletivo, da confiança nas práticas e nas ações aplicadas por elas, no sentido de contornar, tipos de fronteiras que em determinadas situações exigem certas habilidades, as quais são especificidades próprias desenvolvidas como estratégias, de valores ímpares, para a prestação e para o atendimento as demandas individuais e coletivas de seus conterrâneos, a partir de decisões de políticas das suas atitudes próprias.

Lukermann (1964), ao falar do lugar, já destituído de suas conotações exclusivamente locais, seria um dos primeiros num diálogo com a obra de Sauer, a discutir sobre as propriedades locais do lugar e, a definir a geografia como ciência dos lugares, não mais no sentido clássico, enquanto sugerido por La Blache, mas, devendo-se enfatizar, desta categoria geográfica o relativo, o cultural, as experiências históricas da humanidade e, suas relações aos atributos físicos da área, fazendo o estudo completo da área, o estudo dos lugares (LUKERMANN, 1964 citado por HOLZER, 1999, p. 68). Em se tratando do saber tradicional utilizado pelas ribeiras ribeirinhas do Amapá, o qual fundamenta a constituição dos lugares criados por elas e, que pode apresentar grandes potencialidades para se conectar e, promover os ajustes aos programas de políticas públicas, o que se percebe é o pouco ou o quase desconhecimento das estruturas destes saberes, dificultando assim a sua integração ou a sua conexão política.

Nesse sentido, as ideias das experiências históricas e dos atributos geográficos, nos remetem ao que Tuan (1979 citado por Holzer, 1999, p. 70), já chamara atenção quando se refere “o mundo é um campo de relações estruturado a partir da polaridade entre o eu e o outro, ele é o reino onde a história ocorre, onde encontramos as coisas, os outros e a nós mesmos, é deste ponto de vista que a Geografia deve se apropriar”. Acredita-se nesse sentido, que o mundo do qual esse autor se refere é constituído por todos os lugares que são, os pequenos mundos, pois o conteúdo destes mundos são os mesmos para todos os sujeitos, ou sejam, ambos produzidos pela consciência humana e por suas relações intersubjetivas com as coisas e com os outros, gerando os campos de preocupação políticas entre os indivíduos que criam e recriam suas histórias, tendo como principais suportes, as intenções coletivas.

A partir dessas preocupações Tuan (1979), propôs discutir o lugar, a partir de duas óticas: a do lugar como localização e a ótica do lugar como artefato único, a segunda condição para ele é a mais apropriada em função de que o lugar manifesta mais substâncias do que nos sugere a palavra localização dizendo:

ele é uma entidade única, um conjunto especial que tem história e significado, ele também encarna as experiências e as aspirações das pessoas, .... o lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e, compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhes dão significado. De modo que, a preocupação dos geógrafos humanistas, norteados pelos preceitos da fenomenologia foi definir o lugar enquanto uma experiência que se refere ao espaço vivenciado pelos seres humanos, um centro gerador de significados geográficos, relação dialética com o constructo abstrato que se denomina de “espaço” (TUAN, 1979 citado por HOLZER, 1999, p. 70).



Essa referência feita pelo autor se reforça ainda mais por que esclarece bem a relação de diferença entre espaço e lugar: “o espaço não é uma ideia, mas, é um conjunto de ideias” TUAN (1979, p. 79). No entanto, “o lugar é um espaço estruturado, é necessariamente constituído, a partir das experiências que temos do mundo”. Nessa análise Helph amplia essa assertiva demonstrando que “o espaço é amorfo e intangível e, não uma entidade que possa ser diretamente analisada e descrita”. Contudo, ele está sempre próximo e associado ao sentido ou ao conceito de lugar (HELPH, 1976 citado por HOLZER, 1999, p. 70).

Nesse contexto a categoria espaço, numa relação direta com o lugar, geograficamente nos faz recordar Foucault entre os grandes pensadores da segunda metade do século XX e que teve maior sensibilidade com as questões espaciais afirmando:

A preocupação com o espaço passou a suplantear aquela, dominante a muito, que colocava o tempo como o centro e muitas vezes como a própria razão de ser do debate filosófico e, de forma mais implícita, como a dimensão dominante dentro dos estudos sobre a sociedade. Conforme esse autor, passamos da “grande obsessão” pela história, no século XIX, para uma época que “talvez seja a época do espaço”. A emergência do espaço com tamanha força dar-se-ia porque estaríamos vivendo agora a “época da simultaneidade”, da “justaposição”, do “perto de do distante”, do “lado a lado”, do “disperso” (FOUCAULT, 1986 citado por HAESBAERT, 2014, p. 12)

Assim, após a análise dos diversos conceitos que podem conduzir-se ao entendimento sobre a natureza dos lugares, no sentido de se conduzir-se ao seu significado, toma-se como a principal referência o espaço existencial ou vivido, o qual é representado pelo significante de uma cultura particular que é humanizada pela nomeação dos lugares, por suas qualidades para o homem e, por refaz-lo suprir melhor, as necessidades da humanidade (HELPH, 1976 citado por HOLZER, 1999, p. 71). Nessas entrelinhas, concebe-se que o lugar das parteiras tradicionais ribeirinhas do Amapá, podem estar conectados informalmente, com os demais lugares constituídos pelas ações dos diversos segmentos sociais, porquê, de acordo com essa concepção o mesmo apresenta uma personalidade e um sentido particular, resultante das suas qualidades físicas e das suas modificações que lhes são impressas, por meio das sucessivas ações humanas.

Ações e modificações dessa natureza só podem ser concretizadas e compreendidas conforme Relph (1976, p. 4) “se for possível excluir as crenças nas explanações e nas considerações existentes e, igualmente, sobre os nossos próprios preconceitos, tentando colocar-nos na posição daqueles que estão experienciando o fenômeno”. Todavia essas crenças e considerações podem ampliar ou retroagir o grau de complexidade da percepção de cada um dos sujeitos, sobre os lugares, tanto dos que se encontram incluídos, quanto daqueles que se encontram, fora do processo

de constituição dos seus lugares. Nessa perspectiva o sentido e o significado dos lugares seriam demonstrados a partir do modo de organização política tomada pelo grupo, ao imprimirem seu discernimento moral, ético, estético e cultural ligados aos sítios e as suas localizações. Assim, é possível concordar com o autor sobre, a importância de que as experiências dos sujeitos necessitam de tempos contínuos e longos, para se instabilizarem, além de um envolvimento emocional dos sujeitos com o mundo vivido, para se transformar em um lugar verdadeiramente (HOLZER, 1999, p. 72).

Essa afirmativa permite compreender que, a estabilidade das experiências leva-nos a relacionar tempo e lugar, numa relação contínua, mesmo quando o lugar é visto como pausa no movimento do espaço, isso não significa que o lugar esteja atemporal, mas, continuamente exprime relações inseparáveis entre espaço e tempo, transformando-se em um polo estruturador das relações sociais como fatores de aproximação ou de distanciamento dos homens entre si e entre os lugares. Tais experiências permitem assegurar a enorme possibilidade para expressar a natureza dos lugares, das parteiras tradicionais ribeirinhas do Amapá, a partir do modo de organização das suas vivências com o ambiente e com as suas comunidades e com as comunidades do seu entorno. Daí a importância dos deslocamentos e das viagens, realizados pelas parteiras em missões, levando atendimento à sua clientela local e, às demais comunidades, no sentido de experiência, outros lugares, como aprendizado de políticas de organização tradicional, para a compreensão do mundo vivido, a partir de uma variedade de escala, em que cada uma delas em termos experienciais, devem obedecer um limite característico com a estrutura interna e com a sua identidade (POCOCK, 1981 citado por HOLZER, 1999, p. 74).

Esse movimento e atitude das parteiras permitem certificar a tradição, como um dos instrumentos que pode caracterizar a estrutura interna e a identidade comunitária a qual, utiliza a memória como um ambiente geográfico, para se efetivar e compreender os lugares. Mas em contrapartida Holzer se manifesta demonstrando ser inadequado a utilização do lugar descaracterizado de suas qualidades espaciais e geográficas, transfigurado em um mero símbolo não-espacial denominado “lugar de memória” ou “lugar distinto” porque não haveria lugares se a memória não fosse transposta para a história”. A frase adiante explica melhor o pensamento do autor respondendo: Na verdade, essas formulações caminham mais, na direção da “não constituição do lugar” do que como lugar propriamente dito, como foi caracterizado por (HELPH, 1976 citado por HOLZER, 1999, p. 75).



Discussões nesse sentido, sobre o que é o lugar, o seu significado e o sentido que o mesmo representa já é amplo demais, para a compreensão dos agentes constituidores das políticas públicas aceitarem as contribuições, em que a natureza dos lugares, produzidos por meio dos saberes das parteiras tradicionais ribeirinhas do Amapá, pudessem proporcionar a conexão e os ajustes das políticas de gestão. Seria, portanto, já uma decisão política. Pois o lugar mesmo desprovido do entendimento da sua natureza, o que deve ser constatado, são lugares manifestados a partir das experiências dos sujeitos com seu ambiente, potencializando-nos de todas as informações e mecanismos de vivências enquanto decisões políticas destas comunidades. Essa percepção combina com o pensamento de Holzer ao propor que se defina o lugar sempre como um centro de significados e, por extensão, um forte elemento de comunicação, de linguagem, mas que nunca seja reduzido a um símbolo despidido de sua essência espacial, sem a qual torna-se outra coisa, para a qual a palavra “lugar” é no mínimo inadequada (HOLZER, 1999, p. 76).

O lugar das parteiras tradicionais do Amapá nestas entrelinhas pode estar norteado a partir da ideia de locale, o qual edificou o sentido de lugar (sense of place), referindo-se às maneiras como as experiências e a imaginação humana se apropriam das características e das qualidades físico-material (physical characteristics and qualities) da localização geográfica. Todavia, as imaginações dos sujeitos tem permitido mostrar que as abordagens fenomenológicas do lugar têm tendido a enfatizar os modos como os indivíduos e as comunidades desenvolvem ligações profundas com os lugares por meio das experiências, da memória e das intenções. Essas dimensões tratadas por Relph ajudaram a retirar o caráter funcionalista e positivista do sentido e do significado do lugar inaugurando uma nova forma de pensar-lo por meio da geografia (ADAMS, et. al. citado por MARANDOLA JR. (2010, p. 1). Relph (1976) citado por Souza, 2013, p. 114), ainda reforça essas ideias quando se refere: “o desenvolvimento destas ligações profundas surge a partir das decisões coletivas dos sujeitos”, sob as quais, podem estar incluídas, modo próprio de organização política não formal, desenvolvido pelas comunidades tradicionais.

Souza (2013, p. 114), trabalha essa categoria mostrando outras formas de entendimento, as quais vem se firmando com mais abrangência em seu plano conceitual desde a década de 1970 até nossos dias:

“O lugar como espaço percebido e vivido, dotado de significado com base no qual desenvolve-se e extrai-se os “sentidos de lugar” e as “imagens de lugar”. “O inglês com o vocábulo *place* permanece sendo a língua em que essa acepção se estabeleceu mais fortemente, muito embora a geografia brasileira também já esteja acostumada com ela”

Nesse caso, é possível perceber que Souza trabalha o conceito de lugar não só priorizando a dimensão do poder, enquanto estratégias de controle e manipulação do território, a qual sempre foia forma de controle político, adotada pela hegemonia mundial, mas, imediatamente em primeiro plano, a dimensão cultural-simbólica, em que, a partir desta abordagem, explora as questões que envolvem as identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas que se encontram agregadas ou intrínsecas a construção de imagens e dos sentidos dos lugares como, espacialidades vividas e percebidas, dotadas de significados e marcadas por “topofilia” e “topofobia” ou seja, “o lugar está para a dimensão cultural-simbólica assim como, o território está para dimensão política” (TUAN (1980) apud SOUZA, 2013, p. 115)

Interessante nesse diálogo é, a referência que se faz sobre os espaços constituídos por comunidades, bairros ou região cuidadosamente valorizados enquanto lugares, quando se refere as suas conexões com as políticas públicas de cunho participativa, no caso particular dos saberes das parteiras tradicionais ribeirinhas do Amapá em que, apesar de suas práticas e experiências não estarem conectados com as políticas públicas socioambientais, no entanto estes saberes tradicionais podem apresentar enorme possibilidades em integra-las, no sentido proporcionar os seus ajustes necessários, a partir de decisões coletivas sobre vários aspectos do cotidiano dos indivíduos, no sentido de melhor qualifica-las. Conexões espaciais dessa natureza para fins de planejamento e de gestão promovidos pelo Estado e, considerando sua abrangência no âmbito de movimentos sociais participativos, representarão, a valorização destes espaços, manifestando a essência destes lugares, na medida em que não forem definidos meramente por meio de critérios técnico ou recortes da própria natureza (SOUZA, 2013, p. 116/117).

Já é bastante denso, o entendimento em que o conceito de lugar desde a década de 1970, foi influenciado pela abordagem da chamada geografia humanística, de inspiração fenomenológica, a qual proporcionou ressaltar que o sentido do termo lugar também politicamente, já transcendeu a bastante tempo, os limites de uma única vertente de pensamento da geografia. Isso permite compreender e aceitar que, o lugar das parteiras tradicionais ribeirinhas do Amapá também é um espaço dotado de uma diversidade de significados, um espaço vivido e experiência do politicamente não formalizado por elas, ou seja emite sentido abrangente, para uma aproximação conceitual. Isso porque os lugares merecem ser entendidos como imagens espaciais em si mesmas, ou de outra forma, um lugar não deve ser assimilado somente por meio do substrato espacial material. De tal maneira em que, lugares, territórios, região só existirão enquanto durarem as relações sociais das quais são projeções espacializadas (SOUZA, 2013, p. 117).

Essas informações, nos remetem a recordar as interpretações crítica da geografia humanística dos anos de 1970, emitida por Oslender (2004) mencionada por Souza (2013, p. 15), sobre lugar como um “derivado de modos de vidas tradicionais e de uma solidariedade social” estabelecendo um autêntico sentido de lugar, quando estudos em aldeias, cidades dentre outros espaços, demonstraram a crescente perturbação sofrida por estas comunidades, em função dos contatos com a modernidade, contribuindo para apagar as especificidades locais, em favor da homogeneidade global. Observações deste porte demonstram indícios da pouca ou quase ausência da conexão dos saberes desenvolvidos pelas parteiras às políticas públicas e, tão pouco dos seus lugares constituídos por meio das práticas e das experiências destas comunidade tradicionais, tanto no que diz respeito a dimensão do poder mais imediatamente perceptível, assim como, das suas conexão enquanto dimensão cultural-simbólica, envolvendo as identidades, as intersubjetividades e as trocas simbólicas, na construção de imagens e dos sentido dos lugares politicamente.

Ainda mais estereotipados e desconectados são os lugares constituídos pelas comunidades tradicionais no entender de Harvey (1996) citada por Souza (2013, p. 15), quando se propõem a desconfiar da ideia de “lugar” por conta do temor quanto ao caráter conservador e mesmo reacionário de identidades “congeladas” e criticamente celebradas em meio a discurso ideológico por determinadas comunidades. Nesse caso é possível, perceber que o autor se declara contrário a certos fundamentos pregados pela corrente humanística da geografia, quando o termo “desconfiar” aparecer, em igualdade de implicações de modo geral. No entanto, o sentido deste mesmo termo pode provocar diferenças em variadas escalas, notadamente quando utilizado como tomada de decisão entre as parteiras ribeirinhas por exemplo e uma cliente, com objetivo de constatar uma gravidez ou não. Nestas condições, o sentido de um determinado termo, em relação a concepção de lugar para as parteiras e, para Harvey tem sentido e significado politicamente, bem diferente.

Ao contrário de Harvey ao desconfiar da ideia de “lugar”, Souza defende que impor as naturezas dos lugares e dos territórios, à revelia do que pensa e sente as comunidades, tende pelo menos ser algo inteiramente contraditório as decisões políticas de participação popular. Porque o que está em jogo na contemporaneidade é muito mais a presença sorrateira de um tecnocratismo e de uma insensibilidade espacial, mais que propriamente uma intenção motivada por princípios democratizantes, de afrontar identidades tradicionais, dentre eles, os saberes tradicionais desenvolvidos pelas parteiras ribeirinhas do Amapá, as quais historicamente continuam resistindo, na continua e permanente constituição e reconstituição dos seus lugares, por meio da organização



própria do seu modo de vida. No entanto as suas práticas e as suas experiências ainda pouco se conectam as políticas públicas socioambientais, no sentido de contribuir para os seus ajustes.

Mas, é importante ressaltar também que a pouca valorização, o desconhecimento, a desconexão e a negação dos saberes tradicionais desenvolvidos, pelas parteiras ribeirinhas, durante a elaboração das políticas públicas, já se agregavam as estratégias da geografia aplicada da primeira metade do século XX, por meio da geopolítica de controle dos territórios e porque não dizer dos lugares das parteiras, justificando automaticamente qualquer reivindicação, tal qual que não atendessem em primeiro plano, os seus objetivos e o controle socioeconômico, de preferência a pouca ou rara conexão e a participação dos saberes desenvolvidos pelas comunidades tradicionais, no sentido de contribuir para os ajustes das políticas públicas socioambientais.

Esse perfil de tratamento dispensado às comunidades tradicionais por meio das estratégias de controle do poder, ditado pela hegemonia mundial, pode ser reforçado por meio do pensamento de George (1980, p. 12), quando diz: “a dualidade entre uma geografia estritamente explicativa, defendendo-se de todo o compromisso utilitário e, uma geografia prática posta a serviço da posse do território pelos aparelhos militares, políticos, econômico aparece já desde o princípio”. Nessa perspectiva, é evidente que os programas de gestão pública careçam de novos mecanismos para se aperfeiçoarem, em função de que os saberes tradicionais, os quais movem o modo de vida das diversas comunidade, não estão devidamente conectados ao perfil de políticas públicas de cunho inclusivas e, tão pouco são integradas às concepções e aos programas de ações individuais e coletivas, no sentido de proporcionar os ajustes necessários ao processo político e a qualidade dos lugares das parteiras ribeirinhas do Amapá, assim como de outras comunidades tradicionais.

A percepção e o norteamento dos encontros e desencontros sobre as várias concepções na formação e no sentido de lugar, nos indicam que, as identidades socioespaciais fortes, não se restringem apenas a escala local, mas, a uma diversidade de pontos constituídos também por distâncias diversas, as quais permitem duvidar ainda, de como se fundem as vivências nos dias atuais, mediadas por informações e imagens geradas em locais distantes e próximos. Isso quer dizer que, o importante é considerar a existência de níveis de lugaridades e de organização política dos indivíduos, os quais não obedecem a uma hierarquia pré-fabricada, mas, construídos coletivamente a partir do seu modo de organização e de vida. Isso levar-nos a entender que, para um determinado indivíduo ou para certas comunidades, a região, os lugares são referenciais indenitários fortes, ao contrário, para outros pode ser o inverso, o que Souza (2013, p. 128), chama “de insider ou

outsider”, evidenciando que: “conforme passam o tempo e,hajam as mudanças na vida, fazem com que o mesmo lugar no espaço, seja visto de modos distinto”.

Estas maneiras de se compreender os lugares demonstram a conexão entre os saberes desenvolvidos pelas comunidades tradicionais e o pensamento de Tuan, o qual levanta a seguinte questão sobre o lugar: o que dá identidade e aura a um lugar? Essa dúvida, sugere para ele que “lugares são centros aos quais atribuímos valores e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação” (TUAN, 1980, p. 4). Esclarece ainda, que os homens compartilham com outros animais certos padrões de comportamentos, mas, as pessoas também respondem aos espaços e aos lugares de maneiras complicadas que não se concebem no reino animal. As relações complicadas entre os homens e a natureza, diferentes das dos animais, podem ser consideradas como modo próprio de organização política destes sujeitos tradicionais e ribeirinhas do Amapá, onde as mesmas, precisam ser esclarecidas, em função do que ainda, não foram fundamentadas por meio de dados experienciais. Nesse caso, os saberes tradicionais desenvolvidos pelas parteiras ribeirinhas podem ser considerados até certo ponto “diferente”, mas também, como recursos dos quais passamos coletar e interpretar com fidedignidade seus conteúdos e potencialidades, os quais podem ser de grande importância para a conexão e para os ajustes das políticas públicas socioambientais para o Amapá, em função de que, “somos todos humanos” (TUAN, 1980, p. 5).

Nesse sentido, ao se considerar as habilidades humanas, percebe-se que há necessidades de se encontrar maneiras de se compreender, como os sujeitos atribuem o significado e o sentido de organização do espaço e do lugar, dos quais fazem parte. Nessa ansiedade um dos elementos mais importante para fundamentar o entendimento humano nestes ambientes, é a cultura. Ela influencia intensamente o comportamento e os valores humanos, desde que sejam levados em conta, os traços comuns que transcendem as particularidades culturais e, portanto, reflitam as condições humanas no mundo vivido. Isso demonstra a possibilidade em que temos de acessar aos estados de espírito, aos pensamentos e aos sentimentos humanos trabalhados pelas parteiras tradicionais ribeirinhas, tais quais,são as suas ações políticas de natureza não formais, desenvolvidas nas suas comunidades, no sentido de obter-se uma visão mais ampla dos fatos ou acontecimentos em que estes sujeitos vivenciam.

Conforme Tuan não se trata de descrever um manual sobre as influências da cultura nas atitudes humanas em relação ao espaço e ao lugar, mas, sim, evocar a cultura em sua infinita diversidade, levando em conta questões gerais sobre as aptidões humanas, sua capacidade e as suas

necessidades, e como a cultura acentua ou as distorce estas potencialidades humanas (TUAN, 1980, p. 7). No caso dos saberes tradicionais utilizados pelas parteiras ribeirinhas, historicamente têm proporcionado elevadas contribuições socioculturais e ambientais, as suas comunidades, mas, no tocante, pouco tem sido reconhecido e pouco valorizado por parte dos gestores das políticas. Isso pode significar que os lugares das parteiras ribeirinhas do Amapá, não são conectados ao saber formal, os quais deixam de proporcionar grandes contribuições para os ajustes dos programas e do processo de políticas públicas.

Esta realidade permite nos informar que há necessidades em se compreender os processos de formação dos lugares a partir de três exemplos temáticos, no sentido de constituir as suas interações e as suas combinações, são eles:

Os fatos biológicos, os quais permitem mostrar como as crianças podem evoluir no que diz respeito às suas noções de espaços e lugares. As relações de espaço e lugar propriamente dito indicando que, a partir das experiências dos sujeitos o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. “Espaço” é mais abstrato do que “lugar” ou de outro modo, o que começa como espaço diferenciado, transforma-se em lugar na medida em que o conhecemos melhor e o dotamos de valor, porque as noções de espaço e lugar não podem ser definidas uma sem a outra. E a amplitude da experiência ou conhecimento, as quais podem ser diretas e íntima ou pode ser indireta e conceitual, mediada por símbolos. Um dos exemplos metodologicamente utilizados pelo autor foram as experiências em que, um antigo habitante da cidade de Mineápolis conhece a cidade, um chofer de táxi aprende andar por ela e um geógrafo estuda Mineápolis e a conhece conceitualmente (TUAN, 1980, p. 6).

Estas formas de experienciar, por meio dos sujeitos, desenvolvidas pelo autor permite evidenciar o quanto é possível compreender os lugares das parteiras tradicionais (s) a partir da sua natureza, evidenciando pontos de vista diferenciado porque, o mundo vivido por cada indivíduo ou coletivo se manifestam considerando o maior ou menor grau de suas experiências politicamente não formais constituídas nos lugares. Ressalta-se ainda, que “na extensa literatura sobre qualidade ambiental, poucas obras tentam compreender o que as pessoas sentem sobre o espaço e sobre o lugar”, considerando as diferentes maneiras de experienciar tais como: a sensorio-motor, as visuais, a tátil e a conceituais, interpretando o espaço e o lugar, como imagens de sentimento complexo e capazes de expressar o mundo vivido pelos indivíduos e pelas diversas comunidades (TUAN, 1980, P. 7), dentre os aspectos mais interessantes está o sentimento e o cuidado com o meio ambiente, os quais podem representar os lugares das parteiras ribeirinhas do Amapá.

De modo em que não se pode esquecer, das ricas informações derivadas das experiências dos sujeitos, dentre as quais está o modo próprio de organização política, articulando-as entre as diversas áreas do conhecimento, os quais encontram-se intrincados nos mundos das experiências



humanas, podendo ser expressos a partir da sintetização dos insights humanísticos, expondo-os aos sistemas conceituais de maneira claras, no sentido de que se possa compreender as suas abstrações, as quais fundamentam a concepção de lugar, a partir não só, da noção geopolíticas, mas também, no sentido de entende-lo, enquanto conectado, as bases materiais e simbólicas, numa implicação política de constituição do mundo vivido e experiência do pelas parteiras tradicionais, constituindo, a natureza abstrata dos seus lugares.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Uma das condições importante durante os estudos em geografia é a definição de categorias geográficas capazes de proporcionar elementos que certifiquem a natureza do objeto de estudo desta ciência, em função de que ainda em tempos atuais são muitas a dúvidas e interrogações que acompanham o processo de compreensão e de organização do modo de produção natural e do modo de produção social, os quais se manifestam por meio da realidade física e da realidade humana, enquanto condição impar para a existência humana e geográfica.

Isso pode significar que mesmo ao se deter a determinadas categorias que sustentam os aspectos geográficos, no caso o lugar e o espaço, as dúvidas sobre as suas naturezas, assim como os limites entre as categorias de estudos geográficos ainda são indefinidas. No entanto muito já se avançou no sentido de se esclarecer fundamentalmente sobre a natureza constitutiva dos lugares em geografia, condições que podem ser reveladas a partir dos estudos pautados pela abordagem fenomenológica, a qual parte do princípio de que o seu fundamento base para esclarecimento dos fatos é o mundo vivido e experienciado, pelos sujeitos. Isso pode justificar um grande avanço para a abordagem geográfica, ao incluir outras formas de organização sociopolítica, que até certo ponto assegura a necessidade da conexão dos saberes das parteiras ribeirinhas para a promoção dos ajustes das políticas públicas.

De modo em que na tentativa de entender o lugar das parteiras tradicionais ribeirinhas do Amapá, e as suas conexões para os ajustes das políticas públicas socioambientais um dos aspectos importante é o reconhecimento da geograficidade, as quais se constituem, a partir dos saberes aplicados por elas, por meio das suas práticas e das suas experiências, enquanto base fenomenológica do saber intelectual, todavia apresentando enorme potencial para a compreensão da natureza dos lugares e conseqüentemente para a compreensão da natureza do saber geográfico, produzido por meio das experiências cotidiana desenvolvidas por estas comunidades.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNARDES, Antônio. **Quanto às Categorias e aos Conceitos**. Revista Formação Online, nº 18, vol. 2, p. 39-62, jul /dez, São Paulo, 2012.
- GEORGE, Pierre. **Problemas, Doutrina e Método**; In: GEORGE, Pierre; LACOSTE, Yves; GUGLIELMO, Raymond; KAYSER, Bernard. A Geografia Ativa. São Paulo, Difel, 1980.
- HAESBAERT, Rogério. Viver no Limite. **Teritório e Mult/transterritorialidade em Tempos de In-segurança e conteção**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2014.
- MARANDOLA JR. Identidades e Autenticidade dos Lugares. **O pensamento de Heidegger em PlaceendPlacelessness de Edward Relph**. XVI ENG, Porto Alegre, julho, 2010.
- SILVA, Ana Cristina da. Território e Significações imaginárias no Pensamento Brasileiro. Goiania. Editora UFG, 2013.
- TUAN, Yi-Fu. Espaço & Lugar. **Perspectivas das Experiências**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo, Difel, 1983.
- HOLZER, Werther. O lugar na Geografia Humanista. **Um Estudo Fenomenológico da Paisagem e do Lugar**. Revista Território, ano IV, nº 7, p. 67-78, jul/dez. 1999.
- RELPH, Eduardo C. **As bases Fenomenológicas da Geografia**. rev. geografia. ISSN-7912, VOL. 4, nº 7, p. 1-25, CAPES, São Paulo, abril, 1979.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Socioespacial. **Lugar e (re[S]) significação espacial**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2013.